

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

JORNAL DIÁRIO DA SERRA
Propriedade da **AJOTA**
ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA
CNPJ: 29.464.235/0001-16
ISSN 22386467

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes Homsí (DRT-MT 1302)

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos
para o **whatsapp** do **DIÁRIO DA SERRA**
(65) 3326-4724 

www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br



DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA
SERVIÇOS GRÁFICOS
E. Tormes e Cia. LTDA
CNPJ: 14.048.123/0001-07
CONTATO: adm@diariodaserra.com.br
Fone: (65) 3326-4724

ENDEREÇO: Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque
Mansões - 78302-028 Tangará da Serra-MT
Fundado em 11 de novembro de 1996
Edição online desde 06 de setembro de 1997

TIRAGEM:1 MIL EXEMPLARES
CIRCULAÇÃO: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE:   /jornalds
(65) 3326-4724 

CURTAS//

CAU/MT

Nesta semana, até sexta-feira, 5 de dezembro, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso (CAU/MT) dará continuidade às ações de fiscalização in loco, agora nos municípios de Cuiabá e Tangará da Serra. Na última semana as fiscalizações aconteceram nas cidades de Campo Novo do Parecis, Rondonópolis e Sapezal.

FISCALIZAÇÃO

As visitas têm como objetivo coibir o exercício ilegal da arquitetura e urbanismo, além de promover a valorização e o reconhecimento da atuação profissional no estado. Durante as ações, os agentes apuram denúncias recebidas, realizam visitas, verificam a existência de um responsável técnico, além da sinalização por meio de placas de obras.

EDUCAÇÃO MT

A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT) reforça aos pais e responsáveis que ainda há 29.307 vagas disponíveis para o ano letivo de 2026 nas escolas da rede estadual de ensino. Pais, responsáveis e estudantes maiores de idade que não conseguiram realizar a matrícula via internet podem garantir a vaga diretamente nas unidades escolares.

ARTIGO//

Fiscalização Sanitária: por que o Brasil precisa evoluir de um modelo punitivo para um modelo orientador

No Brasil, a vigilância sanitária desempenha um papel essencial para proteger a população. Sem fiscalização, não há segurança. Porém, um modelo baseado quase exclusivamente em punição não melhora processos, não qualifica serviços e nem aproxima o Estado da sociedade. É hora de evoluir para uma abordagem orientadora, preventiva e tecnicamente sustentável. Durante anos, estabelecimentos de saúde — especialmente as farmácias — passaram a ver a fiscalização como um momento de tensão. O medo constante de autuação paralisa profissionais e afasta o foco do cuidado. Quando isso acontece, quem perde é o paciente. Países que modernizaram seus sistemas adotaram uma lógica simples: Ensinar antes de punir. Padronizar antes de autuar.

Prevenir antes de sancionar. Os resultados são claros: mais segurança sanitária, menos infrações e melhores práticas. Punição corrige o passado; quem forma o futuro é a orientação. O farmacêutico sente diariamente o peso da responsabilidade técnica, ética e até civil — muitas vezes sem treinamento adequado, sem manuais atualizados e sem suporte da empresa. Ainda assim, é ele quem responde diante do fiscal. É legítimo exigir tanto sem oferecer o suporte necessário? A resposta é evidente. A fiscalização moderna deve atuar como parceira do serviço de saúde. Fiscalizar não é punir; é proteger a saúde pública. Isso só se consolida quando fiscalização e estabelecimento se reconhecem como partes da mesma cadeia de proteção. Para avançar, o Brasil precisa fortalecer três pilares: 1.Educação sanitária contínua: visitas orientativas, guias didáticos, comunicação permanente. 2.Fiscalização justa, técnica e padronizada: critérios claros, menor variação interpretativa e decisões baseadas no real risco sanitário. 3.Punição proporcional: necessária, mas como última etapa, não como ferramenta central. Os melhores resultados surgem do diálogo, não da

imposição. Quando o Estado orienta, o setor responde. Quando explica, o serviço melhora. A vigilância sanitária brasileira tem capacidade e profissionais qualificados; falta modernizar diretrizes, integrar dados e reduzir distorções regionais que fazem o mesmo ato ser interpretado de maneiras diferentes no país. O Brasil tem a oportunidade de elevar seu modelo de fiscalização para um patamar mais eficiente e humano — que protege, orienta, capacita e responsabiliza de forma justa. Profissionais bem-informados erram menos, e serviços bem orientados oferecem mais segurança à população. No fim, fiscalização não é sobre multar. É sobre cuidar. E cuidado se constrói com presença, técnica, responsabilidade e humanidade.

Luís Köhler é farmacêutico, especialista em Regulação Sanitária e Conselheiro Federal de Farmácia eleito 2027-30 (MT).



TCE-MT RECOMENDA FIM DA EXIGÊNCIA DE LAUDO MÉDICO PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS E TRANSTORNOS

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) recomendou que 80 municípios deixem de exigir laudo médico como condição para que estudantes acessem o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A decisão resulta do diagnóstico realizado pela Comissão Permanente de Educação e Cultura (Copec).

De acordo com o presidente da Comissão e relator do processo, conselheiro Antonio Joaquim, a prática contraria a legislação federal, criando barreiras ao direito à educação para alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. “O diagnóstico identificou a existência de 10.940 estudantes com deficiências, transtornos e altas habilidades/superdotação matriculados na rede municipal, dos quais muitos ainda não contam com profissionais de apoio, planos individualizados de atendimento ou acessibilidade adequada”, explicou.

Diante do cenário, a Copec expediu um conjunto de 13 recomendações aos prefeitos e secretários

FOTO: DIVULGAÇÃO



municipais de educação. Entre elas, estão a ampliação da oferta de profissionais de apoio, a implementação de protocolos formais para solicitação e disponibilização desse serviço, a contratação de professores especializados, a elaboração anual dos planos individualizados.

Além disso, 82 municípios devem incluir recursos no orçamento para melhorias de acessibilidade.

Realizado entre abril e maio de 2025 com participação dos 142 municípios do estado, o diagnóstico reuniu respostas de secretários municipais de educação sobre 55 itens relacionados à oferta de serviços inclusivos.